

AGRICULTURA URBANA: FUNÇÕES DE IDENTIDADE, TRANSMISSÃO DOS SABERES E DA CULTURA

*Gabriel Alves Veloso¹
Igor Martins de Oliveira²
Marina de Fátima Brandão Carneiro³*

Resumo: Este artigo apresenta como tema a Agricultura Urbana: funções de identidade, transmissão dos saberes e da cultura. Tem como objetivo geral analisar o papel que a Agricultura Urbana desempenha junto à população envolvida, perpetuando a cultura popular e dos grupos familiares, a definição e preservação de identidades e a transmissão dos saberes, sobretudo dos migrantes do campo para as cidades e seus descendentes que praticam esta atividade nas áreas urbanas. Através de uma análise bibliográfica, de artigos de revistas e de documentos eletrônicos e dissertações de alguns autores que abordaram esta temática percebe-se que a Agricultura Urbana, muitas vezes, se apresenta como alternativa para melhorar as condições de vida, de saúde, de complemento do salário e geração de renda dos que a pratica, além de ser utilizada como lazer e como uma forma de preservar as raízes, a identidade e os laços de vizinhança, de compadrio e de cooperação entre os diversos grupos familiares ou mesmo pessoal. Desta maneira, de geração em geração, a Agricultura Urbana se reveste de grande importância como fator de transmissão dos saberes e da cultura, apresentando àqueles que a praticam a possibilidade de se sentirem úteis e ativos na sociedade onde vivem e se relacionam.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Relação rural/urbana. Identidade. Saberes e Cultura.

¹ Acadêmico do 5º Período, Noturno, do Curso de Geografia, CCH, Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Gabrielveloso38@yahoo.com.br

² Acadêmico do 4º Período, Matutino, do Curso de Geografia, CCH, Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Igor_mdo@yahoo.com.br

³ Professora Pesquisadora do Departamento de Geociências, CCH, Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. marina.carneiro@unimontes.br

URBAN AGRICULTURE: IDENTITY FUNCTIONS, KNOWLEDGE TRANSMISSION AND CULTURE

Abstract: This article presents as theme Urban Agriculture: identity functions, knowledge transmission and culture. It has as general goal to analyze the role that Urban Agriculture plays next to the involved population, perpetuating the popular culture and family groups culture, the definition and preservation of identities and the transmission of knowledge, overall the nomads from the country to the cities and their descendants who practice this activity on urban areas. Through a bibliographic analysis, from books, from magazines' articles and electronic documents and essays of some authors who had approached this theme it is perceived that Urban Agriculture, many times, presents itself as an alternative to improve the life conditions, health, wage complement and income to those who practice it, besides being used as leisure, as a way to preserve the roots, the identity and neighborhood bonds, and cooperation between the several family groups or even personal. In this way, from generation to generation, Urban Agriculture shows itself with great importance as a factor of transmission of knowledge and culture, presenting to those that practice it the possibility to feel useful and active where they live and relate.

Key-words: Urban Agriculture. Relation Rural/Urban. Identity. Knowledge and Culture.

Introdução

A Agricultura Urbana trata-se de uma atividade típica do espaço rural desenvolvida dentro das áreas urbanas (Agricultura Urbana – AU) e no entorno delas (Agricultura Urbana e Periurbana – AUP). Esta prática é de fundamental importância para a sociedade em geral, uma vez que, a mesma, contribui ativamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas e em suas condições alimentares, através do combate à fome e à desnutrição. Desta forma, a agricultura urbana tem sido, cada vez mais, incentivada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.

A agricultura urbana atua, também, na melhoria física das cidades, haja vista que, com a sua implantação, áreas vagas são ocupadas combatendo a acumulação de lixo e a proliferação de insetos e animais peçonhentos em lotes vagos, em terrenos baldios e, até mesmo, em fundos de quintais. Além disso, ela contribui para a formação de micro climas e reciclagem de nutrientes. Outro fator de fundamental relevância decorrente da prática da AU e objeto deste trabalho é o papel que ela desempenha junto à população envolvida, perpetuando a cultura popular e a definição da identidade pessoal.

Desta forma, este trabalho apresenta, sucintamente, a influência da Agricultura Urbana nas funções de identidade, sobretudo das populações que migraram do campo para as cidades impulsionadas pelo processo de industrialização e de modernização rural, e na perpetuação e transmissão dos saberes e da cultura dos migrantes e seus descendentes que praticam esta atividade nas áreas urbanas.

Para a realização deste trabalho foram realizadas uma pesquisa e análise bibliográfica, de artigos de revistas e de documentos eletrônicos e dissertações de alguns autores que abordaram esta temática.

Importância da Agricultura Urbana

O processo de industrialização ocorrido a partir da segunda metade do século XVIII influenciou no processo de migração, onde as populações rurais, motivadas pela busca de trabalho nas indústrias em franco desenvolvimento nas cidades, deixam o campo, contribuindo para a intensificação da urbanização e, conseqüentemente, para os problemas urbanos.

Embora os países em desenvolvimento tenham iniciado tal processo posteriormente, a partir do século XX, os mesmos enfrentaram os mesmos problemas de seus precursores, tais como desemprego, subemprego, pobreza, fome, desnutrição, dentre outros. Como uma das formas de amenizar esta problemática, especialmente nos maiores centros urbanos, surge a Agricultura Urbana. Esta é definida pela FAO (1999) como qualquer prática agrícola produzida dentro da cidade ou em torno desta, tais como hortas ou criações voltadas para a subsistência ou para o comércio de pequeno porte.

A implantação e desenvolvimento da Agricultura Urbana nas cidades, sejam elas metrópoles, cidades médias ou pequenas é de grande relevância, tendo em vista que esta atividade pode ser utilizada como forma de melhoria das condições socioeconômicas, ambientais e culturais de seus praticantes, conforme discutido por Resende e Cleps Júnior (2004).

Com o crescimento de populações pobres (de poder aquisitivo baixo ou insuficiente para uma boa qualidade de vida) na sociedade contemporânea, sobretudo nas periferias das cidades, torna-se viável a implantação da AU nestes locais, uma vez que ela requer baixo investimento financeiro e tecnológico e toda ou grande parte da produção realizada é revestida para a melhoria da qualidade de vida, além de relacionar-se com o lazer, economia e complemento alimentar dos envolvidos. Neste sentido, Santandrel e Lovo (2007, p.07) afirmam que,

A AUP contribui para promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a segurança

alimentar e nutricional. A AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais. A prática da AUP está relacionada, também, com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente, e pode ser realizada em espaços públicos e privados dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de um município.

Além dos benefícios referidos anteriormente, a AU influencia diretamente nas características físicas das áreas urbanas, através da formação de áreas verdes, saneamento de áreas insalubres e reciclagem de certos tipos de lixos (BOUKHARAEVA; CHIANCA et al., 2005). Neste contexto, com esta prática o agricultor urbano pode contribuir para a criação de microclimas na cidade, como demonstra A. Machado e C. Machado (2000, p.16):

O agricultor urbano pode ajudar a criar um microclima adequado, conservar o solo, minimizar o lixo nas cidades, promover a reciclagem de nutrientes, além de melhorar o manejo da água, da biodiversidade, do balanço de O² e CO² e da consciência dos cidadãos urbanos.

Percebe-se que entre as diversas iniciativas e tantas possibilidades proporcionadas com o desenvolvimento da agricultura urbana, esta atividade tem importante papel para contribuir para o futuro da sustentabilidade das cidades. Neste sentido, em todos os continentes do mundo várias agências internacionais e organizações governamentais e não-governamentais vêm apoiando a agricultura urbana, podendo ser encontrados em diferentes países como Cuba, Filipinas, Portugal, República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia, Guiné-Bissau, Indonésia, Canadá, Estados Unidos, dentre outros.

No Brasil, diversas iniciativas têm apoio governamental, como no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Aqui, a prática agrícola urbana está adquirindo maior notoriedade, a partir da intervenção do governo federal através do Projeto Fome Zero, que busca uma maior difusão da qualidade de vida e da segurança alimentar. Como afirma Arruda (2006, p. 06),

De acordo com informações do PROJETO FOME ZERO 92004c), o MDS conta com o apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República. Esta política é executada por intermédio da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e para a execução das ações o MDS oferece transferência voluntária de recursos não reembolsáveis a órgãos ou entidades de administração direta ou indireta dos governos estaduais, municipais ou do Distrito Federal interessados em implantar projetos de segurança alimentar e nutricional que tenham como objetivo apoiar, por exemplo, a implantação e ampliação de hortas, viveiros,

lavouras e pomares comunitários e a compra direta local da agricultura familiar para a aquisição de produtos perecíveis e semi-perecíveis.

Assim, como no restante do Brasil, no Norte de Minas Gerais a agricultura urbana está adquirindo relevância nas cidades como forma de amenizar os problemas sociais, além de ser uma forma de preservar a identidade pessoal dos envolvidos e de perpetuar a cultura regional, a qual tem fortes ligações com o modo de vida rural.

Função de Identidade da Agricultura Urbana

A Agricultura Urbana, além de ser um condicionante na melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral, atua, também, na construção e perpetuação da identidade de cada indivíduo. Neste sentido, ressalta-se a influência da AU na identidade da população oriunda do meio rural, que migrou para a cidade impulsionados pela industrialização e pela modernização no campo. Diante do intenso fluxo migratório do campo para a cidade, a AU possibilita a manutenção de hábitos desempenhados outrora por esta população; não somente em países em desenvolvimento como também em países desenvolvidos, como é o caso da Rússia, onde esta atividade envolve de 65% a 80% dos urbanos (LOWELL citado por BOUKHARAEVA; CHIANCA et al., 2005).

Enfatizando esta problemática (industrialização, mecanização e migração), Arruda (2006, p.12-13) discute acerca da influência destas mudanças na vida dos agricultores ao enfatizar que,

A modernização agrícola foi bastante perversa e seu lado mais conhecido foi a migração do homem do campo para a cidade, ou o empobrecimento gradativo do pequeno produtor, o que o obriga a abandonar e vender sua propriedade.

Ao se inserirem em um novo ambiente, geralmente nas periferias das cidades, os migrantes do campo encontram na AU uma possibilidade de manterem sua identidade de agricultor, ligados à terra, de se sentirem úteis e valorizados e, desta forma, preservarem sua dignidade pessoal.

De acordo com Boukharaeva; Chianca et al. (2005, p.420-421),

As funções do bem-estar, da terapia e da identidade da Agricultura Urbana fazem crer que, ao menos para uma parte da população urbana, o contato com a natureza corresponde a uma necessidade existencial, como fonte de estruturação da pessoa. Essa hipótese conduz ao campo dos componentes biossocioculturais da identidade da pessoa, sugerindo que o distanciamento da natureza, comum à vida urbana, é fator de desunião e,

por conseqüência, fonte de equilíbrio da pessoa e da sociedade.

No caso do Norte de Minas Gerais, a migração populacional campo/cidade tornou-se mais evidenciada a partir da década de 1970, com inserção da cidade de Montes Claros e da região na área de influência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, esta medida política possibilitou a instalação de várias indústrias na cidade e acelerou o processo de urbanização.

No entanto, como em outras regiões e países, esta industrialização não absorveu toda a mão-de-obra disponibilizada pelo processo migratório, gerando um grande número de desempregados e subempregados, que, geralmente, foram morar em áreas pobres de bairros periféricos (LEITE, 2007), onde muitas famílias praticam a agricultura urbana em seus quintais, em lotes vagos ou cedidos pelo dono, em vasos e, nos últimos anos, alguns moradores vêm participando de hortas comunitárias e outras atividades do gênero. Desta forma estes agricultores urbanos preservam suas identidades de tradição agrícola.



Foto 1: Horta em lote vago no bairro Vila Antônio Narciso, Montes Claros/MG.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Urbana, 2009.

Portanto, pode-se perceber que a AU atua diretamente sobre a determinação e perpetuação da identidade das pessoas, tendo em vista que ela é uma aliada da população que a pratica, sobretudo aqueles que migraram do campo para a cidade, uma vez que tais pessoas possuem saberes tradicionais que são, muitas vezes, passados de geração para geração.

Agricultura Urbana e a Transmissão dos Saberes e da Cultura

Além de contribuir para a preservação de identidades, para a melhoria da qualidade de vida e da alimentação, a agricultura urbana desempenha um importante papel no que diz respeito à transmissão de saberes e da cultura herdados pela família.

Neste contexto, a cultura é assim definida por Wagner e Mikesell (2007, p. 38),

Cultura é a chave para a compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os homens [...], cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos. Quando as pessoas parecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem com os mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam o mesmo passado.

Estes autores afirmam, ainda, que “uma cultura passa a se difundir quando os que a compartilham se deslocam, ou quando sua correspondente esfera de comunicação, e os símbolos aí incluídos, prevalecem sobre os de outras culturas em novos territórios” (WAGNER e MIKESELL, 2007, p. 29).

Entretanto, nota-se que a AU não é praticada somente pela população oriunda do campo, ela pode ser desenvolvida por pessoas que sempre viveram no meio urbano, mas que descendem de culturas rurais e valorizam as suas origens e o patrimônio cultural herdado, conforme discutido por Calvário (2007).

Neste sentido, Boukharaeva; Chianca et al. (2005, p. 421) abordam a questão da transmissão dos saberes e da cultura da seguinte forma:

Aprendendo a reconhecer as plantas e delas cuidar, ou seja, a transplantar, a enxertar, a podar, a experimentar novas variedades de frutas e legumes, muitos adultos passam a ter condições de transmitir tais conhecimentos aos filhos e netos, em meio a relatos de histórias do passado. Essa transmissão prossegue nas atividades relacionadas à produção, como na preparação

de geléias e outras conservas. O jardim passa a representar, então, um dos meios privilegiados de disseminação do patrimônio cultural no seio da família. A atividade de jardinagem é, portanto, o suporte de outras atividades que geram ligação social, além de transmitir cultura e saber.

Esta função da agricultura urbana perpassa diferentes povos e países, sejam eles desenvolvidos ou não. Na França, por exemplo, são utilizados os termos microagricultura (MONÉDIAIRE, 1999 apud BOUKHARAEVA; CHIANCA et al., 2005) e jardinagem familiar urbana para designar os jardins das casas, os canteiros e os jardins familiares. Em Lisboa – Portugal, “as hortas urbanas têm sido uma realidade sempre presente ao longo da história [...]. Em suma, poder-se-á afirmar que Lisboa é uma cidade de tradição hortícola” (CALVÁRIO, 2007, p. 02). Estas atividades desempenham um papel fundamental em termos sociais e culturais de uma população de fortes tradições agrícolas dentro dos espaços urbanos, perpetuando a vivência rural nas cidades.

No Brasil ocorrem situações semelhantes aos dois casos acima referidos. Como exemplo, os casos de projetos criados pela prefeitura de São Paulo em 1986, relacionados à jardinagem, em que chama a atenção pelo caráter educativo, desenvolvido em creches, escolas e centros de juventude e a produção de hortas, que podem ser desenvolvidas em residências, sob os cuidados da própria família, ou sob os cuidados da comunidade local, em lotes vagos ou cedidos pelo dono. Estas atividades valorizam a produção de alimentos e outras plantas úteis como as medicinais e ornamentais fortalecendo a cultura popular, a transmissão dos saberes e criando oportunidades para o associativismo, além da formação de lideranças e trocas de experiências entre os participantes.

Desta forma, a agricultura urbana pode ser relacionada ao respeito à dignidade, ética, racial e cultural, como colocado por Santandrel e Lovo (2007, p. 07),

Entendemos então que a AUP no Brasil deve estar orientada à: Promoção da Agroecologia, do Consumo de Hábitos Saudáveis, da Construção de Conhecimentos Respeitando o Diálogo de Saberes, ao Respeito à Diversidade Étnica, Racial e Cultural, Promoção da Equidade de Gênero, Justiça Sócio-ambiental e a Solidariedade, Promoção da Soberania Alimentar e Segurança Alimentar Nutricional, Promoção da Economia Justa, Solidária e Familiar e o Consumo Responsável, e a Promover a Participação, Empoderamento e Autonomia do/as Agricultores Urbanos e Periurbanos.

Nas cidades do Norte de Minas Gerais, a forte ligação da população com a terra e com o modo de vida rural é evidenciada pela transmissão de saberes e da cultura regional, principalmente no âmbito familiar, através da prática de cultivos em quintais, lotes

vagos ou cedidos pelos donos e hortas comunitárias voltados, basicamente, para o consumo próprio, para o comércio em pequena escala e para a melhoria da saúde, como é o caso do cultivo de plantas ou ervas medicinais.

As plantas medicinais sempre foram utilizadas pelas populações tradicionais, especialmente rurais ou de cidades interioranas para o tratamento de vários males e vêm ganhando bastante popularidade nos dias atuais, inclusive com o apoio de médicos, nutricionistas e técnicos da área de saúde, com o desenvolvimento de métodos de tratamentos e terapias através do uso de produtos naturais, muitas vezes associados a medicamentos industrializados, muito mais baratos e de maior acessibilidade para as populações de baixo poder aquisitivo.

Como exemplo de plantas medicinais bastante comuns nos quintais e hortas urbanas, citamos algumas como: erva cidreira, hortelã, arruda, erva doce, boldo, bálsamo, confrei, sálvia, losna, alecrim, cânfora, colônia, mastruz, macela, orégano, poejo, babosa, agrião, alevante, panacéia, dentre outras.



Foto 2: Cultivo de plantas medicinais em residência no bairro Vila Anália, Montes Claros/ MG

Autor: OLIVEIRA, I. M., 2009.



Foto 3: Canteiro de hortelã.
Autor: CARNEIRO, M. F. B., 2009.

Além disto, percebe-se a preservação e transmissão de saberes e costumes próprios do modo de vida rural, pela existência de diversas formas de manifestações culturais, caracterizadas pela presença de grupos organizados que expressam sua religiosidade e solidariedade através de comidas típicas, danças, músicas e de rituais próprios do Natal, das Festas Juninas, das Festas do Rosário, de Santo Expedito e do Divino, além das Festas do Milho, do Biscoito, do Pequi, dentre outras. Muitos destes rituais são apresentados por vários grupos folclóricos como as Folias de Reis, Pastorinhas, Catopés, Caboclinhos, Grupos de Danças Juninas, o Banzé e outros.

Nesse contexto, é bastante comum, nas cidades Norte Mineiras a manutenção de vários hábitos alimentares e culinários derivados da relação com a terra e a sua (re)produção em ambiente urbano, onde verifica-se uma diversidade de alimentos elaborados e consumidos pela população local como os doces caseiros de frutas, de leite, de ovos, bolos de fubá ou de mandioca, mingau de milho verde ou de fubá, pamonhas, canjica

de milho, arroz de leite, licores, conservas e pratos típicos como o arroz com frango caipira, feijão tropeiro, frango com quiabo e angu, engrossado com costelinha de porco ou frango com angu (“iaia com ioiô – conforme cultura de alguns ex-escravos e descendentes), farofa de andu, abóbora com quiabo, mandioca com carne de sol cozida ou costelas de porco ou de bovino, refogado de chuchu ou abóbora com carne seca cozida, saladas de legumes e verduras, saladas de frutas e tantos outros.

Considerações Finais

Com o processo de industrialização ocorrido a partir do século XVIII e com a modernização no campo, percebe-se um intenso fluxo migratório para as cidades gerando, assim, uma intensificação do processo de urbanização. As populações migrantes, ao se fixarem nas cidades, trazem consigo culturas e tradições praticadas no âmbito do meio rural e, não encontrando trabalho ou desempenhando atividades com baixa remuneração acabam, muitas vezes, praticando a Agricultura Urbana como alternativa para melhorar suas condições de vida, de saúde, de complemento do salário e geração de renda, além de utilizá-la como lazer e como uma forma de preservar suas raízes, suas identidades e os laços de vizinhança, de compadrio e de cooperação entre os diversos grupos familiares ou mesmo pessoal.

Portanto, percebe-se que a AU possui importante papel na manutenção da identidade dos migrantes do campo e dos seus descendentes, através da perpetuação das tradições e costumes rurais inseridos dentro do urbano, tais como: o cultivo de ervas medicinais, cultivo de hortas em quintais, lotes vagos, pequenos vasos, a criação de pequenos animais, o consumo de comidas típicas, a prática solidária dos mutirões e diversas festas próprias do modo de vida rural.

Desta maneira, de geração em geração, a agricultura urbana se reveste de grande importância como fator de identidade, de transmissão dos saberes e da cultura, apresentando àqueles que dela usufruem e/ou a pratica, as possibilidades de se sentirem úteis e ativos na sociedade onde vivem e se relacionam.

Referências

ARRUDA, Juliana. **Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas.** 162 f. Dissertação (mestrado Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Unicamp/Campinas, 2006.

BOUKHARAEVA; CHIANCA et al. **Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia.** Cadernos de Ciência & Tecnologia.v. 2. Brasília: maio/ago, 2005. p. 413-425.

CALVÁRIO, Rita. **Agricultura Urbana**. Disponível em: Ecoblogue – Agricultura Urbana. www.ecoblogue.net/index2.php?option=com. Content&task=view&id=503 &pop=1&... Acesso em: 28 abr. 2009.

CLEPS JÚNIOR, J.; RESENDE, S. **A Agricultura Urbana em Uberlândia (MG)**. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. 2004. Goiânia. ANAIS... Goiânia: AGB, 2004. 1 CD-ROM.

COMITÊ DE AGRICULTURA – COAG/FAO. **La Agricultura Urbana y Periurbana**. Roma: COAG/FAO, 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/x0076s.htm>>. Acesso em: 28 Abr. 2009.

LEITE, Marcos Esdras. **Mapeamento das favelas de Montes Claros/ MG**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina-EGAL. 2007. Bogotá. ANAIS... Bogotá: UMA, 2007.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. **Agricultura urbana**.- Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. 25 p.- (Documentos /Embrapa Cerrados, ISSN 1517-5111; 48).

SANTANDREL, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Disponível em: www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100. Acessado em: 07 Abr. 2009.

WAGNER, Philip.L.; MIKESELL, Marvin.W. **Os temas da Geografia Cultural**. Trad. Olívia de Barros Lima da Silva. 2 ed. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zélia (Org.). Introdução a Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Recebido para publicação em novembro de 2009
Aceito para publicação em dezembro de 2009